

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.035](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.035)

# A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA DA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO CEARÁ

Rui Vicente Feitoza Muniz

Graduado em Letras, pós-graduado em: Literatura de Expressão em Língua Portuguesa, Gestão Escolar e Educação Inclusiva, mestre em Ciências da Educação e doutorando em Ciências da Educação, e-mail: rui\_mauriti@hotmail.com

## RESUMO

Buscamos no referido trabalho discorrer sobre aspectos relevantes do cotidiano escolar no que tange às reflexões sobre as condições atuais das escolas públicas estaduais de Mauriti-CE-Brasil frente ao desafio da inclusão, principalmente no que concerne à formação dos professores para este fim. Esta pesquisa teve sua importância em virtude de a necessidade de cada educador saber lidar com as diferenças encontradas no meio educativo e dessa forma, cumprindo o seu papel de educar e auxiliar na busca pela inclusão. Compreendemos também que a falta de conhecimento e de formação adequada, muitas vezes, advém de um sistema educacional centrado no excesso de informação e na falta de formação e estrutura física e humana para promover uma educação pautada nos valores da inclusão. Essa pesquisa teve como método de pesquisa o Hipotético-dedutivo, onde buscamos descrever através das escolas a realidade educacional. Escolhemos como estratégia de pesquisa tanto a quantitativa como a qualitativa, ou seja, fizemos a pesquisa bibliográfica, onde procuramos entender o que ocorre como o sistema educacional e, depois da pesquisa bibliográfica feita, foi realizada a pesquisa de campo de caráter quantitativo. Após isso foram tabulados os dados e construídos o texto final. Ao terminar

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.035](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.035)

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA DA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO CEARÁ

a escrita do trabalho, concluímos que o maior desafio que se apresenta atualmente é transpor cada um dos inúmeros obstáculos para se ter uma educação inclusiva verdadeiramente é necessário formação humana primeiramente e capacitação para todos os profissionais, assim como a destinação dos recursos necessários para subsidiar a educação inclusiva, pois não podemos depositar na escola a função de filantropia, e sim ver na mesma uma propulsora de mudanças individuais e coletivas para assegurar ao educando lugar nesta sociedade e restituição do que é pago através dos impostos em serviços de qualidade para que retorne ao cidadão o que é seu de fato e de direito.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas, Formação de Professores, Inclusão

## INTRODUÇÃO

**A**o analisarmos o contexto educacional do cotidiano, observamos mudanças significativas se compararmos como antes. Entretanto, ainda resta um abismo enorme e uma realidade gritante se compararmos com as leis que regem a educação nacional como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Então, a educação inclusiva deve ser vista como uma fonte que enxerga e trabalha a diversidade, a agilidade e o respeito pela diferença e pelas necessidades individuais. Onde o principal objetivo é a valorização da individualidade de cada um e que cada pessoa possa adquirir suas competências e desenvolver suas habilidades.

Buscamos, no referido trabalho, discorrer sobre aspectos relevantes do cotidiano escolar no que tange às reflexões sobre as condições atuais das escolas públicas estaduais de Mauriti - CE frente ao desafio da inclusão, principalmente no que concerne à formação dos professores para este fim.

A missão primordial da escola é cumprir o seu processo de ensino/aprendizagem e, sendo assim, jamais poderá atuar para excluir qualquer pessoa que necessite dos seus serviços. Cabendo a ela, organizar-se para abraçar as debilidades e causas de todos como uma só causa onde cada um participe da escola tem o mesmo propósito que é buscar transformar o indivíduo e essa transformação parte do pressuposto de incluir o educando nas dimensões escolares.

Buscaremos, no desenvolvimento do texto, relatar as reflexões sobre essas condições que as escolas públicas estaduais de Mauriti - CE possuem no tocante à inclusão de alunos com deficiência. Procuraremos conhecer o real ensino que se tem, o que e como está sendo ofertado neste ensino e de qual forma o sistema vem contribuindo para a melhoria desse atendimento e qual é o seu real papel na execução desse programa.

O que nos mobiliza a pesquisar sobre essa temática é justamente a falta de pesquisa nessa área, bem como a necessidade de se conhecer essa realidade em virtude de ser visível em muitos momentos o descaso do sistema para com os educandos e educadores, e se as nossas escolas têm realmente como prestar um

atendimento eficaz a essas pessoas que tanto necessitam desse acompanhamento.

O propósito do estudo em questão é analisar como está sendo o atendimento especializado e quais as condições que o sistema educacional oferece para que ele ocorra atendendo o princípio básico que mostra a educação como algo que todos devem ter direito e dispor de boa qualidade?

Com base nessas afirmações, temos como Objetivo Geral: Analisar as condições atuais da rede estadual de ensino no que se refere à formação de professores para inclusão de alunos com deficiência. E como Objetivos Específicos, temos: Avaliar como se dá o processo de ensino/aprendizagem na prática inclusiva, diagnosticar a partir dos educadores as necessidades existentes para ser oferecido acompanhamento educacional a alunos com deficiência.

O nosso universo de amostra é a escola pública estadual André Cartaxo, onde faremos o estudo de campo e analisaremos a condição de ensino delas. A coleta e análise de dados serão feitos mediante o estudo de entrevistas feitas com os Professores da referida Escola, no tocante à sua formação, que é o centro desta pesquisa. Ao fazer uma análise em forma de observação ao PPP (Projeto Político Pedagógico) e entrevista serão tabulados os dados e feito a parte final do trabalho.

Buscaremos como fonte teórica para a nossa pesquisa leituras feitas na LDBEN (Lei de Diretrizes da Educação Nacional), onde buscaremos encontrar reflexões sobre como foram assistidos esses direitos, qual é o ideal escrito e defendido na Constituição brasileira e qual é o real serviço que encontramos prestado hoje, ou seja, faremos um paralelo com o que é dito e o que é feito.

## **METODOLOGIA**

O ponto central da nossa pesquisa é a escassez de formação para os professores da escola para lidar com os alunos com deficiência, o que acarreta uma série de prejuízos, como a exclusão do processo de ensino e aprendizagem, por exemplo. De acordo com os levantamentos que fizemos, se a formação do professor e a consequente efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos

alunos com deficiência fossem realmente tidos como prioridades, seria diferente a qualidade do ensino.

## NATUREZA DA PESQUISA

Quanto à natureza da pesquisa, por tratar-se de um levantamento de informações sobre como os professores são formados para lidar com alunos deficientes e como este processo ocorre dentro e fora da sala de aula, a pesquisa torna-se qualitativa, pois não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, dentro de uma organização, no caso, uma escola.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador é, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado e o objetivo deste tipo de pesquisa é o de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: sejam elas poucas ou muitas, o que importa é que elas sejam capazes de produzir novas informações e contribuições relevantes (DESLAURIERS, 1991).

## CAMPO DE PESQUISA E PÚBLICO-ALVO

O campo de trabalho desta pesquisa é a Escola de Ensino Médio André Cartaxo, situada no município de Mauriti – CE – Brasil, e é mantida pelo governo estadual, e está sob a jurisdição da 20ª CREDE com sede em Brejo Santo. Criada pelo Decreto nº 11.493 DOE de 30/10/1975. Nosso público-alvo serão os dez professores que lecionam em turmas que têm alunos com deficiência.

## TIPOLOGIA DA PESQUISA

Para a classificação da pesquisa, de acordo com a nomenclatura proposta, por Gil (1991) e Vergara (1997), existem duas categorias para a metodologia: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins a pesquisa é exploratória e descritiva. Exploratória, porque buscaremos explorar o universo da educação inclusiva, tendo sempre por base a formação de professores, eixo central desta pesquisa. Descritiva, porque visa descrever as

percepções dos professores das escolas pesquisadas em relação ao modo como se sentem em relação ao trabalho com alunos deficientes. Quanto aos meios, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental, pesquisa de campo, conforme descrito abaixo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Silvira & Neves (2006, p.84) afirmam sobre a formação profissional da escola contemporânea inclusiva, ele elenca este aspecto como:

Uma questão central para a implantação da escola inclusiva. Acima de tudo, a predisposição para perceber o aluno como ser cognoscente e se perceber como peça-importante no desenvolvimento do aluno, de forma a co - responsabilizar-se pelas mudanças que urgem serem realizadas no processo educacional, se traduz como uma questão urgente a ser enfrentada no trabalho com os professores.

Dessa maneira, é um desafio da escola nos dias atuais perceber o aluno com deficiência como sujeito que sente a necessidade de conhecer as coisas e ter esse conhecimento para a vida, onde através do processo de inclusão, possibilita a este sujeito a oportunidade de conhecer o que antes não tinha conhecido e ser inserido na cultura das pessoas abertas a pensar e não ser tratado como “coitado” ou como quem não tem a oportunidade de pensar e a chance de agir.

Então, entendemos que incluir não significa apenas inserir indivíduos no meio escolar, ao contrário, isso pode gerar uma exclusão. Incluir significa repensar um novo modelo de instituição que possa abarcar todas as deficiências. É trabalhar o ser humano para que o mesmo se sinta encorajado e tenha sensibilidade ao lidar com o diferente, pois, em muitos casos, como isso não acontece, ao invés de incluir, a escola pode excluir em se tratando das pessoas na maioria das vezes não terem a sensibilidade e a formação exigida para trabalhar com o diferente. Salienta-se o seguinte em relação a isso:

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças, diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”. (MITTLER *op cit*, p.16).

Como vimos ao longo desta seção e das reflexões que foram feitas, a escola contemporânea não deve ser um lugar em que prevaleça a segregação, pelo contrário, valendo-se dos seus preceitos éticos, formativos e plurais, a escola deve ser um ambiente em que as diferenças sejam, não só enxergadas, mas, acima de tudo, respeitadas.

Se faz necessário ter um cuidado mais preciso no que diz respeito à formação de professores, visto que só temos uma educação especial que realmente cumpra o seu papel se tivermos profissionais devidamente treinados e capacitados para executarem suas funções. Assim, é necessário o maior investimento por parte do Estado para que esse processo de formação seja executado.

Neste sentido, o professor precisa mobilizar-se para aplicar os conteúdos acadêmicos e outros meios que possam ser úteis para se chegar às soluções almejadas. Também é necessário que os docentes apreciem os seus progressos dos alunos em todos os aspectos, desde a organização dos estudos, até o tratamento das informações e na participação na vida social da escola.

Nessa visão, observamos que, a cada dia, a educação inclusiva e o seu trabalho vêm se modificando nos aspectos históricos, culturais e sociais. Neste sentido Perrenoud *apud* Nóvoa (2007, p.14) diz que:

Ao longo das últimas décadas, os especialistas da educação têm-se esforçado por racionalizar o ensino procurando controlar a priori os fatores aleatórios e imprevisíveis do ato educativo, expurgando o cotidiano pedagógico de todas as práticas, de todos os

tempos que não contribuem para o trabalho escolar propriamente dito.

Assim, para atuar na Educação Especial, o professor deve ter como base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

E esse mesmo profissional deve ter na sua bagagem conhecimentos relacionados a: Língua Portuguesa para alunos com surdez, sistema Braille, informática aplicada a deficiência visual (sintetizadores de voz, lupas eletrônicas, magnificadores de telas para baixa visão), produção em Braille e adaptação de material impresso em tinta, recursos ópticos e não ópticos para baixa visão, técnica de uso do sorobã, adaptação de livros didáticos e de literatura para pessoas cegas, avaliação funcional da visão, orientação e mobilidade para pessoas cegas, escrita cursiva, grafia do nome e assinatura em tinta para pessoas cegas, tecnologia Assistiva: comunicação alternativa, informática acessível, materiais pedagógicos adaptados, mobiliário acessível, interpretação em LIBRAS, Instrutor de LIBRAS, desenho universal, comunicação para o aluno surdo-cego, outras.

Por isso, o professor no ato de educar deve proporcionar dentro da sua aula formas de intervenção e participação dos alunos dentro da aula. Assim afirma Mittler (*op. cit.*, p.20) sobre a inclusão no ato de educar.

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais.

De acordo com o exposto acima, mais uma vez sobre a realidade da inserção e da integração. O aluno necessita ser trabalhado e não atuar apenas como um elemento figurativo, tem que ser dado ao mesmo a possibilidade de crescimento dentro das suas

limitações e o sistema público tem por obrigação oferecer mecanismos para que isso aconteça.

Sendo assim, os principais objetivos da política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva são: assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para: garantir o acesso de todos os alunos ao ensino regular (com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino), oferecer o AEE, formar professores para o AEE e demais professores para a inclusão, prover acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, comunicações e informação, estimular a participação da família e da comunidade, promover a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas educacionais.

Com isso, a sociedade tem como principal objetivo desenvolver mecanismos para que as pessoas com deficiências consigam viver independente dos outros e tenha direito a participar ativamente de todos os processos que a vida pode oferecer.

Trabalhar com educação inclusiva, nos dias de hoje, com certeza torna-se um desafio, pois são muitos os obstáculos que se apresentam, e o principal deles, sem dúvida é a formação adequada para os professores que lidam com pessoas com deficiência.

Como vimos debatendo até aqui, a missão primordial da escola é cumprir o seu processo de ensino/aprendizagem e, em sendo assim, jamais poderá atuar para excluir qualquer pessoa que necessite dos seus serviços. Cabendo a ela, organizar-se para abraçar as debilidades e causas de todos como uma só causa onde cada um participe da escola tem o mesmo propósito, que é buscar transformar o indivíduo e essa transformação parte do pressuposto de incluir o educando nas dimensões escolares.

## O PROFESSOR E A FORMAÇÃO CONTINUADA

Começamos questionando os Professores sobre o fato de eles sentirem-se ou não preparados para trabalhar com pessoas com deficiência na sala de aula. A maioria respondeu que, “quando começou a trabalhar em uma sala de aula com pessoas deficientes, foi um desafio, pois tiveram que adentrar de maneira mais incisiva

no mundo do conhecimento e tendo que entender e solidarizar-se com estas pessoas”. Foi assim que, para muitos deles, houve uma descoberta de que seria importante este trabalho, pois, para os entrevistados, não há coisa melhor do que valorizar o ser humano e tê-lo como pessoa de valor na sociedade.

Uma das Professoras entrevistadas ainda revela que:

P1: Como professora, tenho que a cada dia buscar conhecimentos para trabalhar com essas pessoas, pois sempre recebemos e nos deparamos com pessoas diferentes, situações diferentes e se não tivermos preparados para tal, não resolveremos, pois não temos receita pronta, mas descobrimos estratégias no nosso dia a dia.

Prieto (2006) destaca como fundamental uma reflexão sobre a formação de docentes no contexto da educação inclusiva. Para a autora, a formação continuada de docentes é um compromisso dos sistemas de ensino que estejam comprometidos com a sua qualidade. Estes devem assegurar que os professores estejam aptos a elaborar e implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais.

Essa reflexão pressupõe que os professores estejam capacitados para:

(...) analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem, bem como [...] elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os alunos para que as informações sirvam para retroalimentar seus planejamentos e aprimorar o atendimento aos alunos (Ibid., p. 58).

Parte dos Professores ainda se disse preparada, mas, segundo eles, com tanta falta de recursos e parcerias, eles acabam por entristecer-se. Outra parte ainda afirmou que não se sente preparada porque ainda há muito formação adequada para trabalhar com portadores de necessidades especiais.

Considerando-se a educação como um direito do homem e sua garantia fundamental para que as sociedades sejam mais justas, o

que se afirma no Arquivo Aberto sobre a Educação Inclusiva, publicação da UNESCO *apud* Ferreira (2005), concebe-se a inclusão educacional como um direito. Direito de acesso à educação básica de qualidade, direito a uma escola, parte constituinte de um sistema educacional, que atenda às necessidades educacionais de todos os alunos, inclusive daqueles com necessidades educacionais especiais, frequentemente excluídos das oportunidades educacionais.

Outro questionamento que levantamos junto aos Professores foi com relação a formações para o professor que tem alunos com deficiência em sala de aula, como eles achavam que deveria acontecer.

Parte dos entrevistados respondeu que a secretaria de educação deveria providenciar as mesmas em cada escola, abordando para cada formação o mesmo tema. Outros responderam que a formação deve ser contínua e sempre com parceiros para ajudá-los. Outros mencionaram que as formações deveriam acontecer no decorrer do ano letivo, favorecendo aos professores recursos, estratégias e condições para se trabalhar com esse aluno em sala de aula.

Alguns ainda chegaram a afirmar que tais formações deveriam acontecer de preferência bimestralmente com os professores do Atendimento Educacional Especializado, nas semanas pedagógicas e ao longo do ano com os demais funcionários da escola.

A inclusão se caracteriza como uma ampliação do acesso à educação a grupos excluídos historicamente desse direito em função de classe social, gênero, etnia, faixa etária e deficiência, o que garantiria a democratização do ensino.

Ferreira (2005) afirma que inclusão educacional é um termo utilizado em referência a todas as pessoas que foram, de alguma forma, excluídas no e do contexto escolar, pois não encontraram oportunidades para participar de todas as atividades escolares, ou se evadiram, foram expulsos ou suspensos, ou não tiveram acesso à escolarização, permanecendo fora da escola.

Uma parcela dos entrevistados ainda afirmou que deveria primeiro ter formações ou capacitações para os profissionais que atuam nessa área e só assim depois esses profissionais seriam inseridos no trabalho.

Diante do exposto, é importante analisar a proposta de educação inclusiva, considerando-se a realidade brasileira, caracterizada pela significativa desigualdade social, em que se adota um discurso neoliberal em defesa de uma escola que receba e acolha a todos, ou seja, inclusão escolar como componente da inclusão social em um contexto histórico, político e social marcado pela “expansão da exclusão econômica e social”, destaca Prieto (2006, p. 66).

Carvalho (2007) faz menção há ações que podem auxiliar as escolas a se constituírem em ambientes inclusivos de educação. Cita dentre outras: a valorização profissional dos professores; o aperfeiçoamento das escolas; o aproveitamento de professores especializados como consultores, formando uma rede de apoio; o aperfeiçoamento dos professores através de formação continuada; a atuação em equipe em um trabalho cooperativo e interdisciplinar; a flexibilização curricular e a implementação de adaptações curriculares que assegurem aos alunos a apropriação dos conhecimentos lhes possibilitando igualdade de oportunidades.

## A ESCOLA E A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

Grande parte respondeu que muitas escolas precisam incluir os alunos de fato, pois às vezes só os integram e acham que estão incluindo-os. Outra parte dos entrevistados afirma que não, pois, segundo eles, as escolas não têm estrutura, os professores não têm formação para trabalhar com esses alunos especiais, na verdade esses alunos não são incluídos, e sim são agregados, além do desconhecimento muito grande por parte de todos os integrantes do meio escolar e que a princípio são necessárias formações para os professores, como também para todos os outros componentes da escola.

É o que afirma um dos nossos participantes da pesquisa:

P2: Percebo a escola vivendo um momento de transição, tendo que receber os alunos com deficiência, em alguns casos sem diagnósticos precisos e segundo a lei incluindo-os nas salas regulares. O fato é: a inclusão vai além disso, a escola precisa desenvolver estratégias de ensino que contemplem a todos e valorize as

habilidades individuais de cada educando, independentemente de suas limitações.

A educação é feita de paradigmas, ou seja, modos de conceber e compreender a realidade. Atualmente, o mais novo paradigma educacional é a inclusão escolar, que defende a escola regular como espaço educacional de todos os alunos. Nasceu para se contrapor ao paradigma da exclusão escolar, em que alguns alunos eram segregados da escola regular por apresentarem características diferentes das esperadas pela instituição escolar.

Nesta perspectiva, a escola regular deve estar apta para receber todos os alunos, independente das características que possam apresentar. Ela é o espaço educacional que deve ser usufruído por todos. Os alunos não devem mais ficar de “fora da escola” e mais do que isso, não devem mais ser segregados em espaços escolares diferenciados ou mesmo excluídos dentro da classe comum.

O princípio fundamental desta política é de que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é, todos os que se encontram excluídos, frequentadores da escola. Este atendimento inclui, necessariamente, o atendimento dos alunos considerados deficientes, tanto físicos, visuais, auditivos e mentais na escola regular (BRASIL, 2001, p.56).

## O ESTADO E A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES

Segundo eles, já foi muito difícil em tempos atrás, hoje se pode dizer que os governantes estão se preocupando um pouco mais, pois com o trabalho na sala de AEE, oferecendo formações específicas para os transtornos globais do desenvolvimento, TGD, DI Deficiência Intelectual, DV Deficiência Visual e seus abrangentes como baixa visão e outros, DA Deficiência Auditiva e outras como os inclusos no TGD como TDA. Transtorno e déficit de atenção, dislexia e seus ramos. Os recursos técnicos ainda estão chegando também aos poucos.

Outros, ainda, foram enfáticos ao responder que não, o Estado não oferece condições de trabalho com inclusão na escola, pois, segundo eles, as formações são muito poucas.

A inclusão escolar é vista como a melhor alternativa para os alunos segregados da escola regular, já que ela representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que pertencer é um direito e não um status privilegiado que deva ser conquistado. (SASSAKI, 1997, p.18)

Fazendo alusão à formação do corpo docente que irá atuar com esta clientela especial a LDBEN/1996, em seu artigo III, recomenda que sejam: "...Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas salas comuns..."

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB) há também ressalvas feitas à formação adequada de seus professores. Recomenda-se, ainda, que as escolas disponham de um arcabouço de recursos materiais, pedagógicos e humanos para que consigam promover uma educação de qualidade a seus alunos especiais.

Nas prescrições normativas há um destaque para a formação dos docentes que irão atuar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino. Compreende-se, assim, que todo o corpo docente deverá possuir uma formação profissional direcionada para a diversidade de seu alunado.

Então, considerando que a o processo de formação pode se constituir por meio "de uma reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal", é que se torna relevante "investir na pessoa" e atribuir valor aos saberes constituídos no campo de atuação docente (NÓVOA, 1992, p.25)

## O PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Para iniciarmos a nossa discussão sobre o processo de inclusão na escola, perguntamos aos professores se eles já participaram de formações oferecidas pelo Estado ou pela Escola sobre o trabalho com pessoas com deficiência. A maioria respondeu que sim, e

que, por sinal, foram riquíssimas as formações para todas as deficiências. Eles ainda falaram do desejo de que fossem para todos os professores tanto da sala regular, quanto para a gestão da escola e AEE, independente de que fosse essa situação na escola.

Outra parte dos entrevistados disse ter buscado capacitações e formações por conta própria pelo fato de o Estado não as oferecer.

Nesta mesma tônica, questionamos aos professores se os mesmos acham que as formações devem partir dos profissionais, da escola, do Estado ou de todos e pedimos que justificassem suas respostas. A maioria respondeu que esta responsabilidade é de todos os entes envolvidos, pois a inclusão não só trabalha com os profissionais e escola, mas dos governantes, gestão e todos, assim se concede a inclusão.

Outros ainda mencionaram que, a princípio, seria dever do Estado como entidade maior e em seguida deve ser pensada e executada por todos os envolvidos nesse processo como: escola e seus profissionais e que, ao observar o contexto atual em que você está inserido, se houvesse mais formações e capacitações para os professores, o processo de aprendizagem dos alunos deficientes seria mais rápido e com uma melhor qualidade.

P 03: Em minha opinião seria melhor, pois quando todos estão no mesmo barco, devem remar juntos para que este barco não afunde e nem se perca o trabalho que muitos desenvolvem. Diariamente, nós professores estamos nos deparando com alunos especiais nas salas de aula, cada um diferente do outro, e muitos professores ainda estão despreparados para receber essas pessoas, mas também não tem que ter só formações, temos que ser solidários e aceitamos as pessoas como seres humanos.

Para os entrevistados, se houvesse mais capacitações, eles teriam mais oportunidades de ensino para com os alunos de desempenhar um aprendizado de grande sucesso e mais qualidade nas escolas.

Questionamos os professores ainda sobre quais os maiores desafios enfrentados enquanto docente no trabalho com pessoas com deficiência. Grande parte respondeu que são vários os desafios, dentre eles, a aceitação de alunos na sala regular e ser atendidos

como deveriam ser, em que o professor possa ter um apoio para tal situação, ou seja, na conscientização em geral nas famílias, nas demais instituições etc.

Outro grande desafio, segundo os nossos entrevistados, é quando eles recebem um aluno com determinada deficiência e que precisam de recursos nem sempre a escola tem como disponibilizar. Uma vez que esta não disponibiliza por não possuir, logo, o professor precisa resolver de acordo com o que se pode fazer, enquanto as verbas aparecem, preciso ter estratégias para ajudar na aprendizagem dos educandos.

Outros alegaram ainda que são grandes desafios, a falta de formação, parceria entre família e escola, conscientização da sociedade, maior assistência das políticas públicas e a falta de conhecimento das leis, a conscientização e aceitação da família, saber lidar com as pessoas apesar da falta de formação e capacitação e as dificuldades com as limitações de recursos humanos e materiais e espaços físicos e a falta de alguns profissionais para auxiliar, como: Psicólogos, Fonoaudiólogos, Fisioterapeutas etc.

Logo, cabe ao Estado oferecer e assegurar condições necessárias para que haja o processo de inclusão, desta feita que incluir o aluno sem dar o suporte necessário no sentido de formar o professor é apenas integrar, e colocar o aluno junto com os outros, uma vez que o professor sem formação não transmitirá os saberes que o educando necessita para se ter continuidade nos seus estudos posteriores e na sociedade.

Porém, em meio à escassez de formação, mediante as entrevistas coletadas, ainda houve professores que tiveram formações em TGD (Transtornos Globais de Desenvolvimento), DI (Deficiência Intelectual), DV (Deficiência Visual) e seus abrangentes como baixa visão e outros, DA (Deficiência Auditiva) e outras como os incluídos no TGD como TODA (Transtornos e Déficit de Atenção), porém mesmo após essas poucas formações em um período de cinco anos necessita-se a cada dia de mais formações para todos os professores em especial aos do AEE e para todos os demais que compõem a escola, pois em muitos casos nem sempre a Educação Especial é levada a sério e às vezes em muitas circunstâncias até os professores que atuam nessa modalidade não têm a formação exigida.

Outro questionamento levantado foi se realmente a escola no seu contexto atual está mesmo preparada para receber os alunos com deficiência e incluí-los de fato? Ao se levantar esse questionamento, as respostas anteriores só reforçam o que já foi uma vez levantado, pois primeiramente os profissionais não estão preparados em virtude da falta de formação e capacitação que deveria ser oferecida pelo Estado e assim param ou confundem no binômio incluir e integrar.

O que ocorre na maioria das vezes é apenas a inserção e integração desses alunos com os demais, onde as escolas não têm estrutura física nem humana, os professores não têm formação para trabalhar esses alunos com deficiência e em vez de serem incluídos eles são apenas integrados ou agregados em outro meio que não estão habituados a viver, o que de certa forma, e retomando ao que foi dito anteriormente, pode ser denominado de inclusão excludente. Outro ponto de destaque e de angústia para muitos docentes é que, se voltarmos um pouco o nosso olhar histórico, iremos perceber que a escola está vivendo um momento de transição e transformação, onde tem que receber os alunos com deficiência, muitas vezes até sem diagnóstico preciso, outras vezes a família não tem o esclarecimento e nem a condição financeira necessária para se obter esse diagnóstico de um profissional específico da saúde.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sendo assim, cabe a escola também a atitude de promover formações e capacitações para todos os seus agentes com a finalidade de intensificar o trabalho no AEE e dar subsídio aos profissionais de ensino para que estes ofertem uma boa qualidade no que fazem e minimizem os impactos que se tem na escola no trabalho com as pessoas que têm deficiência.

Dessa forma, essa questão das formações é essencial para o processo de ensino aprendizagem onde devem ser oferecidas de forma continuadas para se ter o aprimoramento das funções docentes e o aprendizado suficiente para assegurar ao educando com deficiência a condição de estudar e ser inserido na escola e na sociedade.

Outro ponto que tange a presente pesquisa é relatar que essas formações não devem partir somente do Estado, mas sim de todos os envolvidos no processo educativo. Embora caiba ao Estado, enquanto organização maior, assegurar a oferta de formações continuadas aos seus professores, bem com o aparato físico e humano de que necessitam as instituições de ensino para desenvolver as suas atividades, mesmo assim, igualmente a essa responsabilidade a escola também não pode se esquivar de oferecer essas formações para a sua coletividade.

Outro grande obstáculo elencado foi a falta de recursos materiais quando um aluno com determinada deficiência necessita e a escola não disponibiliza, e uma vez que isso não acontece o professor precisa encontrar uma solução e buscar estratégias para resolver o problema até aparecer os recursos, os quais muitas vezes até nem aparecem.

E para transpor cada um desses inúmeros obstáculos e se ter uma educação inclusiva verdadeiramente é necessário formação humana primeiramente e capacitação para todos os profissionais, assim como a destinação dos recursos necessários para subsidiar a educação inclusiva, pois não podemos depositar na escola a função de filantropia, e sim ver na mesma uma propulsora de mudanças individuais e coletivas para assegurar ao educando lugar nesta sociedade e restituição do que é pago através dos impostos em serviços de qualidade para que retorne ao cidadão o que é seu de fato e de direito.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Sociologia da Educação não-formal: Reactualizar um objeto ou Construir uma problemática?** In: A. J. Esteven, S. R. Stoer. A Sociologia na Escola. Porto: Afrontamento, 1989, p.83 – 96.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: A História das Rupturas.** In: Pedagogia em foco. Rio de Janeiro, 2001.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação.** São Paulo: Abril Cultura, Brasiliense, 1985.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 111. p.

\_\_\_\_\_, LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2013.

FERREIRA, Julio Romero. **Educação Especial, inclusão e política educacional: Notas brasileiras**. In RODRIGUES, David (org.) *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

GOHN, M. G. M. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilização no Brasil Contemporâneo**. 1. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010. V.1. 192p.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê**. São Paulo, Cortez, 2005.

MARTINS, Rosilene Maria Sólton Fernandes. **Direito à Educação: Aspectos Legais e Constitucionais**. Rio de Janeiro: Letra legal, 2004.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

ROGERRO, R. **Ambientes Físicos e Virtuais na Configuração da Escola: Um outro caminho para passar a formação do Sujeito**. Boletim Técnico do SENAC: Revista da Educação Profissional, Rio de Janeiro, V. 34, n.2, p.57 – 71, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 11 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

XAVIER, Libânea Nacif. **Para Além do Campo Educacional: Um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002. .